

RELATÓRIO/ATA DE REUNIÕES

Data da Reunião: 10/02/2026

Hora início: 19:15

Hora fim: 21:05

Local: Escola Maria Lindamir de Aguiar

Município envolvido: Barra Velha

Assuntos: Reunião Comunitária II – Diagnóstico de Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana



PARTICIPANTES

Conforme lista de presença

NOTAS DE REUNIÃO

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na Escola Maria Lindamir de Aguiar, realizou-se a segunda reunião comunitária do diagnóstico para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, abrangendo as regiões do Quinta dos Açorianos, Península, Nova Barra Velha e Centro. A reunião iniciou às dezenove horas e quinze minutos, com a fala do(a) senhor(a) XX, que cumprimentou os presentes, explanou sobre o plano de mobilidade urbana e solicitou a participação da população durante sua elaboração. Na sequência, a senhora Gesiane H. iniciou a apresentação, explanando sobre o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, apresentando a equipe técnica multidisciplinar do CINCATARINA e a comissão de elaboração do plano. Em seguida, explicou o Plano de Mobilidade Urbana, conforme as legislações federais, seus objetivos e os municípios nos quais sua elaboração é obrigatória. Apresentou a hierarquização dos modais de transporte, priorizando os pedestres, seguidos pelos ciclistas, transporte coletivo, transporte individual, cargas e mercadorias e, por último, o transporte individual motorizado. Na sequência, apresentou as etapas de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, divididas em oito fases. A primeira etapa refere-se à metodologia, documento no qual estão descritas todas as etapas e formas de elaboração do plano. A segunda etapa corresponde ao diagnóstico, composto pela leitura técnica e pela leitura comunitária. Na leitura técnica, são analisados dados e informações do município; já a leitura comunitária contempla a participação da população por meio de questionários e reuniões comunitárias. A terceira etapa refere-se ao prognóstico, no qual são analisadas as tendências do município em um prazo de dez anos. A quarta etapa consiste na primeira audiência pública, destinada à validação popular do diagnóstico e do prognóstico. A quinta etapa corresponde à elaboração do plano de ações, no qual são definidos objetivos, metas e ações a serem implementadas no curto prazo (até três anos), médio prazo (até seis anos) e longo prazo (até dez anos). A sexta etapa trata da minuta do projeto de lei, na qual metas e ações são formalizadas em legislação. A sétima etapa corresponde à segunda audiência pública, destinada à validação popular do plano de ações e da minuta de lei. Por fim, a oitava etapa consiste na revisão de todos os materiais para entrega final ao município, que posteriormente deverá encaminhá-los para aprovação na Câmara de Vereadores. Ressaltou que o prazo para elaboração do plano de mobilidade urbana é de dezoito meses e que todos os materiais serão estruturados a partir dos eixos de pedestres, micromobilidade, transporte coletivo, transporte individual, cargas e mercadorias e circulação viária. Informou que o questionário *on-line* ainda estava disponível, e contava com apenas cento e vinte e cinco participações até o momento, e reforçou a importância da participação da adesão da população. Na sequência, apresentou uma imagem para reflexão dos participantes, que ilustrava os cômodos de uma residência, na qual a garagem ocupava a maior área. Comparou essa situação com a estrutura das cidades, onde grande parte do espaço é destinada aos veículos. Em seguida, apresentou a comparação entre duas imagens de vias com as mesmas dimensões: na primeira, priorizava-se o transporte individual; na segunda, havia priorização equilibrada entre pedestres, ciclistas, transporte coletivo e individual. Seguidamente, explicou sobre a mobilidade ativa, conceito aplicado aos meios de locomoção humana, ressaltou os fatores que contribuem para a mobilidade ativa, sendo: as calçadas, a malha cicloviária, a arborização, o mobiliário urbano e a acessibilidade. Em seguida, apresentou sobre cada eixo, o que cada um representa especificamente, expondo alguns exemplos negativos e positivos encontrados no município de Barra Velha e em outros municípios. Seguidamente explanou sobre a mobilidade motorizada, composta pelo transporte coletivo, táxi e transporte por aplicativo, transporte de cargas e mercadorias e circulação viária, explicou sobre cada fator em específico, apresentando exemplos positivos e negativos. A senhora Gesiane H. destacou a importância de planejar cidades para as pessoas, mencionando conceitos como ruas completas e ruas compartilhadas, e apresentou exemplos de requalificação urbana, informando que até três cenários serão elaborados para o município. Encerrada a apresentação, os participantes foram divididos em três grupos para a dinâmica de contribuições, na qual registraram pontos positivos, negativos e desejos relacionados à mobilidade urbana. Após trinta minutos, representantes de cada grupo realizaram a leitura das contribuições. O primeiro grupo destacou, no eixo de pedestres, a avenida dos Açorianos como ponto positivo e apontou como negativos a falta de infraestrutura, arborização, padronização de calçadas e sinalização. Como desejos, sugeriram expansão dessa infraestrutura para todos os bairros, melhoria da iluminação, pavimentação planejada e organização urbana. Nos demais eixos, destacaram a necessidade de ampliação do transporte coletivo, melhorias na micromobilidade, maior oferta de pontos de táxi,

pavimentação de vias, criação de bolsões de estacionamento e organização do transporte de cargas. Durante as discussões, um participante informou que a empresa responsável pelo transporte coletivo do município é a empresa Silvatur, destacando que atende todos os bairros, porém com horários reduzidos e intercalados. Outro participante questionou a data das pesquisas que indicaram baixa utilização do transporte coletivo, ressaltando que a população deixa de utilizá-lo devido à limitação de horários. Também foi mencionado que há legislação restringindo a circulação de veículos de carga, porém sem rotas alternativas adequadas. Uma participante sugeriu maior fiscalização sobre veículos de carga e descarga estacionados irregularmente, e outro participante destacou a falta de divulgação dos itinerários e horários do transporte coletivo. O segundo grupo apontou como principais problemas a precariedade das calçadas, falta de pavimentação, ausência de ciclovias, baixa oferta de transporte coletivo e falhas na sinalização. Como sugestões, destacaram a ampliação de calçadas acessíveis, ciclovias, melhoria no transporte coletivo, regulamentação de carga e descarga e investimentos em drenagem urbana, diante de recorrentes alagamentos. O terceiro grupo destacou como positivos alguns elementos como faixas elevadas e ciclovias existentes, mas apontou a falta de padronização de calçadas, mobiliário urbano, acessibilidade e integração cicloviária. Durante as discussões, participantes relataram dificuldades enfrentadas por pessoas com mobilidade reduzida devido à falta de acessibilidade, além da ausência de mobiliário urbano e lixeiras. Também foi ressaltada a importância do planejamento urbano a longo prazo. Como sugestões, indicaram a criação de projetos padronizados, implantação de bicicletários, regulamentação de patinetes elétricos e melhorias na circulação viária, incluindo pavimentação e sinalização. Ao final, a senhora Gesiane H. informou que todas as contribuições serão incorporadas ao diagnóstico e apresentou o site do plano de mobilidade urbana, onde serão disponibilizadas informações e materiais, garantindo transparência ao processo. Agradeceu a participação de todos e incentivou a continuidade do engajamento da população. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às vinte e uma horas e cinco minutos.